

Sexta-Feira, 19 de Dezembro de 2025

Procuradoria Eleitoral do Paraná emite parecer favorável a cassação de Moro

ABUSO DE PODER ECONÔMICO

Redação | Rufando Bombo News
Poder 360

O Ministério Público defendeu o acolhimento parcial da ação eleitoral contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR). Em parecer emitido na 5ª feira (14.dez.2023), a Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná pede a cassação do mandato congressista e sua inelegibilidade por abuso de poder econômico durante a pré-campanha em 2022. Eis a íntegra do documento (PDF – 899 kB).

O documento foi enviado ao TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná), onde corre o processo. Em 7 de dezembro, quando prestou depoimento ao órgão, Moro disse a jornalistas que a ação é um “castelo de cartas”.

Moro foi ouvido em duas ações: uma movida pelo PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e outra, pela Federação Brasil da Esperança (PT, PC do B e PV), que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em junho, o tribunal decidiu unir as ações.

As siglas citam prática de abuso de poder econômico, caixa 2, uso indevido dos meios de comunicação e irregularidade em contratos. Pedem a cassação de Moro e sua inelegibilidade por 8 anos. Além de Moro, os seus suplentes no Senado, Luis Felipe Cunha e Ricardo Augusto Guerra, também são acusados.

A ação questiona os gastos de Moro ainda durante a pré-campanha, quando era filiado ao Podemos e almejava disputar a Presidência da República. Depois, ele se filiou ao União Brasil e disputou uma vaga no Senado.

Segundo o processo, as contas da campanha de Moro para o Senado são irregulares por não incluírem os valores gastos em sua pré-campanha à Presidência. Os partidos indicam que o Podemos teria gasto mais de R\$ 18 milhões para preparar a candidatura do ex-juiz. Esse valor foi usado para gastos jurídicos, viagens, segurança, consultoria e marketing.

No parecer, os procuradores da República Marcelo Godoy e Eloisa Helena Machado disseram entender que houve abuso de poder econômico. Mas, segundo eles, não se observou uso indevido dos meios de comunicação social.

Segundo a Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná, “a lisura e a legitimidade do pleito foram inegavelmente comprometidas pelo emprego excessivo de recursos financeiros no período que antecedeu o de campanha eleitoral, porquanto aplicou-se monta que, por todos os parâmetros objetivos que se possam

adotar, excedem em muito os limites do razoável, conforme precedentes fixados pelo Tribunal Superior Eleitoral".

Conforme o parecer, "o que torna a pré-campanha dos investigados abusiva, in casu, é o investimento vultoso de recursos financeiros realizado para a promoção pessoal, gerando grande visibilidade da pré-campanha, em detrimento dos demais candidatos ao Senado do Paraná".

Os procuradores citaram que Moro teria sido beneficiado da "alta exposição" alcançada com o investimento feito na pré-campanha à Presidência. Segundo eles, esses investimentos desequilibraram a disputa ao Senado.

Por isso, a Procuradoria "manifesta-se pelo julgamento de procedência parcial dos pedidos formulados" nas duas ações, "a fim de que se reconheça a prática de abuso do poder econômico, com a consequente cassação da chapa eleita para o cargo majoritário de Senador da República e decretação da inelegibilidade dos Srs. Sergio Fernando Moro e Luís Felipe Cunha".

Sobre Ricardo Augusto Guerra, os procuradores disseram que "nada há nos autos que comprove a atuação direta ou mediata" dele durante a pré-campanha ou nos gastos eleitorais. Eles citaram que "as iniciais sequer imputam" a ele "qualquer ilícito, já que este apenas é citado na qualificação e nos pedidos". Portanto, lê-se no parecer, "verifica-se 'mero benefício', o que afasta a responsabilidade subjetiva para imposição de inelegibilidade".

Se condenado pela Justiça Eleitoral, Moro ainda poderá recorrer ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para tentar salvar o seu mandato. Caso os recursos se esgotem e a chapa seja cassada, haverá a convocação de novas eleições para a vaga do ex-juiz.

Em nota emitida depois do depoimento de Moro em 7 de dezembro, Gustavo Guedes, advogado do ex-juiz, disse que a oitiva foi importante para mostrar a tentativa dos partidos em inflar os gastos de campanha de Moro. **Eis a íntegra:**

"A audiência foi importante para demonstrar ao relator a tentativa de inflarem indevidamente os gastos de pré-campanha de Sergio Moro. Seguiremos comprovando nas alegações finais que 98% daquilo que os partidos autores apresentaram deve ser descartado. E o que sobra não representa abuso nenhum. A eleição do Senador Moro foi legal e legítima."